

Estudo Técnico Preliminar 32/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 48051.005539/2021-19

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) para gerar e receber Ligações Locais (LL), de Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI), de telefones Fixo-Fixo (FF) e Fixos Móveis (FM) para atender a Agência Nacional de Mineração (ANM) localizada em Brasília-DF.

2.2. O serviço de telefonia é essencial ao desenvolvimento das atividades da ANM e integra-se à estrutura básica de funcionamento de entidades e órgãos públicos, sendo imprescindível para viabilizar as atividades institucionais da Agência, sejam elas de gestão administrativa ou finalística, uma vez que a comunicação por voz com o público usuário, empresas e outros entes públicos se faz necessária para a realização de muitas de suas atividades e ao desempenho eficiente e efetivo de sua finalidade.

2.3. A ANM dispõe de infraestrutura própria de telefonia por voz que provê o Serviço Corporativo Interno de Telefonia VoIP, que conecta todas as suas 31 (trinta e uma) representações no país e possibilita ligações sem custos entre os 946 (novecentos e quarenta e seis) ramais VoIP existentes.

2.4. A Sede da ANM, em Brasília-DF, e suas representações, nos estados da federação, estão integradas ao Serviço Corporativo Interno de Telefonia VoIP através de uma rede de longa distância (WAN), baseada na tecnologia IP/MPLS (*Multiprotocol Label Switching*) de alto desempenho, que provê conexão com a internet para cada localidade e transporta dados entre um ponto e outro.

2.5. Para ser possível gerar e receber ligações externas a partir de terminais de telefonia VoIP existentes em cada localidade, bem como para possibilitar a portabilidade dos números em uso (DDD 61), faz-se necessária a contratação de empresa autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para prover o acesso a Rede Pública de Telefonia (PSTN) a partir da interconexão da central telefônica da ANM localizada em Brasília-DF.

2.6. O contrato vigente de STFC mantido pela ANM-Sede encerra-se em 31 de julho de 2024, sem possibilidade de nova prorrogação.

2.7. Algumas representações da ANM no país ainda mantém contrato local de telefonia fixa, no entanto, a maioria já está configurada para gerar e receber ligações externas através de número com DDD 61, conforme se verifica na relação de endereços da ANM na internet (<https://www.gov.br/anm/pt-br/composicao/unidades-regionais>).

2.8. Já ocorreu tentativa anterior de licitar o referido serviço abrangendo todos os DDGs dos endereços da ANM no país, no entanto, o procedimento restou fracassado em razão da baixa demanda de tráfego observado na maioria das unidades.

2.9. Diante destes fatos, foi delineado outro planejamento para prosseguimento da contratação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) objetivando o atendimento eficiente e eficaz das necessidades de comunicação por voz da ANM.

2.10. A presente contratação:

I - possibilita o uso da infraestrutura pertencente a ANM, já que se trata de investimento recente, implantado no ano de 2021, Processo SEI 48051.000093/2020-55;

II - viabiliza a padronização dos procedimentos de gerenciamento da qualidade dos serviços e dos valores tarifários, assim como a administração da cobrança e faturamento centralizados;

III - reduz o custo administrativo e de pessoal alocados em vários processos de contratações de menor porte;

IV - gera economia de recursos orçamentários;

V - potencializa a obtenção da economia de escala com a consolidação do consumo de todas as representações da ANM;
e

VI - consequentemente, preços mais baixos do que os praticados em diversas contratações distintas.

2.11. Assim, a contratação do Serviço de STFC é motivada pela necessidade de racionalização de esforços e recursos envolvidos nos procedimentos de contratações fragmentados e objetiva:

I - Viabilizar as atividades institucionais do Órgão, sendo meio indispensável ao seu bom funcionamento e ao desempenho eficiente e efetivo de sua finalidade;

II - Suprir de forma adequada a necessidade da ANM de comunicação por voz através do sistema público de telefonia, de forma que não haja solução de continuidade de suas ações;

III - Permitir a continuidade da prestação dos serviços de ligações local, longa distância nacional e internacional, meio rápido e eficaz de comunicação e troca de informações por voz, que em sua grande maioria exige retornos imediatos, acelerando as soluções e os processos decisórios, considerando a presença de representações da ANM no Distrito Federal e em 25 estados da Federação;

IV - Essencialidade dos serviços para a própria Administração, bem como para o público externo interessado nas atividades finalísticas e administrativas realizadas pela Autarquia; e

V - Respeitada a isonomia entre os interessados, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA	Juliano Flávio dos Reis Rezende
Coordenação Nacional de Logística - CONLOG	Álvaro Barbosa de Santana
Serviço Nacional de Serviços Gerais e Apoio Administrativo - SENSGA	José Maduro Toledo Júnior
Serviço de Apoio a Logístico da SEDE - SEAL/DF	Paulo Roberto Rodrigues Dias

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Requisitos de Negócio:

4.1.1. Prestar Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), fixo-fixo (FF) e fixo-móvel (FM), nas modalidades Local (LL), Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), através de Entroncamento E1 a ser instalado em endereço localizado em Brasília-DF;

4.1.2. Disponibilizar os serviços de forma permanente e continuada, sem interrupções, por mais de um exercício financeiro, assegurando o pleno funcionamento das atividades da ANM que dependem da comunicação por voz através da rede pública de telefonia, de modo que a interrupção poderá comprometer o cumprimento integral de sua missão institucional;

4.1.3. Troncos E1, de 30 canais, com entrada e saída digitais, com sinalização compatível com a central telefônica Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise - OXE, versão R 12.4;

4.1.4. Portabilidade numérica para números com DDD 61;

4.1.5. Número chave (61) 3312-6600;

4.1.6. Realizar chamadas de telefones fixos para telefones fixos e de telefones fixos para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas, diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR).

4.1.7. Alocação de faixas de numeração de ramais DDR (61) 3312-6600 | 3312-6999, total de 400 ramais DDR;

4.1.8. Identificador de chamadas;

4.1.9. Garantia de disponibilização de todos os serviços previstos no plano contratado;

4.1.10. Garantia de que a entrada e saída fornecida seja suficiente e necessária para evitar chamadas perdidas ou bloqueadas, seguindo os padrões de qualidade definidos pela ANATEL;

4.1.11. Serviços telefônicos migrados;

4.1.12. Migração para faixa exclusiva do governo federal e portabilidade dos ramais;

4.1.13. Prover a convergência entre redes, caso necessário, responsabilizando-se pelos custos de conversão de sinalização e/ou protocolo para perfeito funcionamento do serviço ofertado na central telefônica da ANM;

4.2 - Requisitos de Capacitação:

4.2.1. Sendo o objeto do contrato a prestação dos serviços de telefonia, cabe ao contratante apenas determinar as especificações e os níveis de serviço a serem exigidos, sendo incumbência exclusiva da CONTRATADA arbitrar os requisitos de capacitação necessários à correta prestação dos mesmos;

4.2.2. Os técnicos que implantarão a solução deverão possuir o conhecimento necessário para o manuseio da solução, devendo ser realizados treinamentos de reciclagem devido à constante evolução tecnológica; e

4.2.3. Os técnicos que administrarão a solução deverão possuir o conhecimento necessário para o manuseio da solução, devendo ser realizados treinamentos de reciclagem devido à constante evolução tecnológica.

4.3 - Requisitos Legais:

4.3.1. Este Estudo foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta os processos de aquisições para a Administração Pública Federal: Lei nº 14.133, de 2021, e seus decretos regulamentares, e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a contratação dos serviços descritos, bem como atende as Instruções Normativas vigentes que regulamentam os itens mínimos;

4.3.2. Os serviços que constituem o objeto do presente Estudo enquadram-se no conceito de comuns, nos termos do Inciso XIII, Artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, com especificações usuais no mercado, em que os requisitos técnicos requeridos são objetivos e suficientes para determinar a solução escolhida, que é comercializada por diversas empresas no mercado;

4.3.3. A empresa contratada deverá ser autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para prestar o serviço de STFC;

4.3.4. Deve ser observada a relação da empresa contratada com o consumidor (ANM), conforme Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC);

4.3.5. A CONTRATADA deve utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ STFC Resolução nº 717/2019 ou mais atual);

4.3.6. Aplica-se a esta contratação todos os normativos internos do ANM, inclusive aqueles relacionados à segurança da informação.

4.4 - Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico:

4.4.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos links e entroncamentos de entrada e saída fornecidos, bem como nos demais componentes ou equipamentos de sua responsabilidade usados para a fruição dos serviços;

4.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de atendimento para abertura de chamados e solicitações de serviços no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano;

4.4.3. A CONTRATADA deverá fornecer número de protocolo após a abertura de cada chamado, independente do canal de atendimento utilizado, através do endereço de e-mail do solicitante do chamado.

4.5 - Requisitos Temporais:

4.5.1. Em virtude da necessidade de prover aos servidores e colaboradores da ANM os meios necessários para a realização de suas tarefas institucionais, para que não ocorra atraso na prestação dos serviços públicos de sua competência, a definição dos prazos deverá ser o mínimo necessário para que a CONTRATADA tenha condições de entrega/execução.

4.5.2. Desse modo, a CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos prazos definidos para cada requisito abaixo:

4.5.2.1. Instalar, configurar e ativar links e entroncamentos para início da operação, inclusive para alteração de endereço, já incluso a portabilidade, quando for o caso:

a) Prazo: No máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de envio da Ordem de Serviço.

4.5.2.2. A CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias na sua rede quando repassar as informações necessárias para a configuração das redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de orientação de troca de número:

a) Prazo: No máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de envio da Ordem de Serviço.

4.5.2.3. Alterações de características técnicas decorrentes de alterações em Equipamentos, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA:

a) Prazo: No máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação da CONTRATANTE.

4.5.2.4. Alteração de endereço em Brasília-DF ou entorno, onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura:

a) Prazo: No máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de envio da Ordem de Serviço.

4.5.2.5. Realização de reparos por mau funcionamento ou restabelecimento por indisponibilidade dos serviços.

a) Prazo: até 4h (quatro horas) a contar da abertura do chamado;

4.5.2.6. A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 72 horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

4.5.3. Os prazos constantes deste ETP podem ser prorrogados, excepcionalmente, a critério da CONTRATANTE, desde que acompanhada de solicitação e justificativa prévia da CONTRATADA que comprove a necessidade, apresentada antes do término do prazo inicialmente previsto.

4.6 - Requisitos de Segurança e Privacidade:

4.6.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais de segurança adotados pela CONTRATANTE;

4.6.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto Contratual devendo orientar seus empregados e prestadores de serviço nesse sentido;

4.6.3. Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE;

4.6.4. Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;

4.6.5. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

4.6.6. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pela CONTRATANTE;

4.6.9. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa da CONTRATANTE.

4.6.10. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos, mídias e artefatos de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela ANM a tais objetos;

4.6.11. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da ANM, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos; e

4.6.12. Cada profissional da contratada deverá assinar o **TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO**, que segue Anexo, onde se compromete a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da ANM ou a serviço desta, salvo se expressamente autorizado.

4.7 - Requisitos Ambientais, Sociais e Culturais:

4.7.1. Em sua constante preocupação com a sustentabilidade ambiental e em atendimento às regulamentações oficiais, a presente aquisição deverá estar alinhada às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos nos dispositivos que regulamentam o assunto;

4.7.2. A contratação deverá obedecer, ainda, no que couber, ao disposto na Lei nº 12.305, de 2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.7.3. É dever da CONTRATADA observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

4.7.4. A CONTRATADA deverá priorizar a produção de documentação nato digital em detrimento a documentação em meio físico (papel), utilizando-se de certificação digital para garantir a autenticidade dos documentos; e

4.7.5. Os técnicos da CONTRATADA devem prestar o serviço com cordialidade, utilizando vestimentas adequadas e crachá de identificação para o fácil reconhecimento.

4.8 - Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.8.1. A especificação técnica do tráfego referente aos serviços de telecomunicações deverá observar padrões e requisitos definidos pelos órgãos e entidades que normatizam e regulamentam os serviços;

4.8.2. A CONTRATADA deve prover todo hardware, software (licenças) ou o serviço necessários para a implementação da solução;

4.8.3. Sempre que possível, os manuais devem ser disponibilizados em idioma padrão Português do Brasil; e

4.8.4. Os produtos devem preferencialmente estar configurados para o idioma padrão Português do Brasil.

4.9 - Requisitos de Projeto de Implementação:

4.9.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação a elaboração prévia de projeto de implementação.

4.10 - Requisitos de Implantação:

4.10.1. A CONTRATADA deverá promover as adequações e fornecer os equipamentos, infraestrutura e materiais necessários para prover os serviços para a ANM, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. A responsabilidade da CONTRATADA, neste item, está limitada ao fornecimento dos meios de acesso e interfaces necessárias para a correta interligação e conexão dos equipamentos da CONTRATANTE a rede pública de telefonia, na sinalização e protocolo adequados, para fins da correta prestação dos serviços contratados;

4.10.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída, bem como a alocação das faixas de numeração de ramais DDR, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE; e

4.10.3. A disponibilização da infraestrutura interna é de responsabilidade da CONTRATANTE e deverá estar pronta e disponível para que os serviços possam ser fornecidos.

4.11 - Requisitos de Garantia e Manutenção:

4.11.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela manutenção dos equipamentos utilizados na entrega da solução do STFC, pelo tempo da contratação, excluindo-se os casos de perda, roubo ou dano por responsabilidade da CONTRATANTE.

4.12 - Requisitos de Experiência Profissional:

4.12.1. A CONTRATADA deverá dispor de profissional legalmente habilitado, na qualidade de responsável técnico, com capacidade operacional para coordenar os serviços que assim o exijam.

4.13 - Requisitos de Formação de Equipe:

4.13.1. A CONTRATADA deverá dispor de equipe de profissionais técnicos especializados para realização de todas as etapas.

4.14 - Requisitos de Metodologia de Trabalho:

4.14.1. A CONTRATADA deve prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;

4.14.2. A CONTRATADA deve fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana;

4.14.3. A CONTRATADA deve protocolar, mensalmente, em sistema eletrônico próprio da Agência, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de vencimento, as faturas para pagamento, além de disponibilizar online em formato digital.

4.14.4. Deverão estar disponíveis mensalmente à CONTRATANTE, para fins de gestão, os relatórios gerenciais especificados a seguir:

4.14.4.1. Relatórios de chamados ou conjunto de chamados contendo todas as informações relativas ao chamado e respectivo atendimento;

4.14.4.2. Relatórios de chamadas telefônicas, separados por modalidade de ligação (Local FF, Local FM, LDN FF, LDN FM, LDI FF e LDI FM), contendo a duração em minutos, consolidados por modalidade;

4.14.4.3. Relatório de chamadas telefônicas simultâneas.

4.15 - Requisitos Materiais:

4.15.1. Quando necessário para devida execução contratual, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA os recursos materiais pertinentes e correlacionados com o objeto da contratação.

4.16 - Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

4.16.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado aos dados e informações de propriedade da ANM;

4.16.2. A CONTRATADA não pode obter, capturar, copiar ou transferir qualquer tipo de dados e informação de propriedade da ANM, sem autorização;

4.16.3. A gerência da solução de segurança deve ser realizada com acesso protegido;

4.16.4. Consoles de gerência devem utilizar protocolo seguro;

4.16.5. A CONTRATADA deverá assinar **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo** conforme modelo que segue anexo;

4.16.6. A propriedade intelectual e os direitos autorais dos dados e informações armazenados nos bancos de dados da CONTRATANTE, hospedados na CONTRATADA, e qualquer tipo de trabalho relacionado às demandas da CONTRATANTE, serão de sua titularidade, nos termos do artigo 4º, da Lei nº 9.609, de 1998;

4.16.7. A CONTRATADA deve se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados ou informações, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

4.16.8. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas da Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) da Agência Nacional de Mineração vigentes à época, normas complementares, e demais normativos correlatos publicados pela ANM;

4.16.9. Os funcionários da empresa deverão assinar **Termo de Ciência** em que atestem ter conhecimento das normas internas e de segurança da ANM e que têm conhecimento das normas de manutenção de sigilo, conforme modelo de minuta que segue anexo.

4.16.10. A CONTRATADA deverá garantir a segurança da informação ao ter acesso aos ambientes, salas técnicas, racks com equipamentos e aos sites (pessoas e servidores).

4.17 - Outros Requisitos Aplicáveis

4.17.1. Outros parâmetros e regras definidas nas Resoluções da ANATEL que deverão ser utilizadas de maneira a garantir a prestação do serviço.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Soluções identificadas no mercado:

5.1.1. Após a realização de consultas públicas a empresas especializadas no mercado a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) identificou as seguintes especificidades de soluções a contratar:

5.1.1.1. Quanto a tecnologia de comunicação por voz através de telefonia fixa:

I - sistema de telefonia fixa digital convencional (Tronco Digital E1);

II - sistema SIP Trunk (*Session Initiation Protocol*);

III - comunicação unificada (*Unified Communications - UC*).

5.1.1.2. Quanto a infraestrutura física:

I - Própria Interna (*on-premise*);

II - Virtual na nuvem (*cloud*).

5.1.1.3. Quanto a tarifação:

I - Assinatura mensal fixa, acrescido de cobrança de minutos de ligações, de acordo com a modalidade;

II - Assinatura mensal fixa, incluso pacote de minutos ilimitados para Ligações Locais (LL) e Longa Distância Nacional (LDN), de telefones Fixo para Fixo (FF) e Fixo para Móvel (FM), acrescido de cobrança de minutos de Ligação Internacional (LDI), de acordo com a região;

III - Assinatura mensal fixa, acrescido de custo por ramal com diversos serviços agregados, mais pacote de minutos para Ligações Local e Longa Distância Nacional, acrescido de cobrança de minutos de Ligação Internacional (LDI), de acordo com a região;

5.1.1.4. Quanto a forma de conexão a rede pública de telefonia:

I - Centralizada, através de um único ponto de entrada e saída de ligações, utilizando o mesmo DDD para todas as localidades atendidas;

II - Centralizada, através de um único ponto de entrada e saída de ligações, utilizando diversos DDDs, próprios de cada localidade;

III - Descentralizada, vários pontos de entrada e saída de ligações localizados em endereços distintos, utilizando o DDD próprio de cada localidade.

5.2. Análise das soluções identificadas no mercado:

5.2.1. sistema de telefonia fixa digital convencional (Tronco Digital E1):

- a) baseado em placas e que pode abrigar até 30 canais para realizar chamadas telefônicas;
- b) exige a utilização de Central Telefônica Digital e de conexão exclusiva com a operadora de telefonia contratada;
- c) utilizado para consolidar o tráfego de voz e acessar redes públicas telefônicas comutadas;
- d) são ágeis e podem ser utilizados com tráfego pesado;

- e) garante recepção e entrega de grande volume de dados de maneira eficiente;
- f) ligações mais estáveis e de maior qualidade;
- g) fornecido por operadoras de telefonia;
- h) presente nas empresas de médio e grande porte;
- i) depende de uma conexão física, por isso a instalação está atrelada à viabilidade técnica, e em algumas regiões esse serviço não está disponível;
- j) não utiliza recursos de dados do cliente, minimizando problemas de qualidade de voz durante as ligações.

5.2.2. sistema SIP (*Session Initiation Protocol*):

- a) utiliza tecnologia VoIP (Voz sobre IP) que possibilita o tráfego de ligações através da internet;
- b) controla as chamadas e transferências de dados, garantindo a privacidade de usuários;
- c) não exige um limite de conexões simultâneas;
- d) toda a estrutura é baseada em ambiente virtual;
- e) permite o estabelecimento de ligações de longa distância a custos menores;
- f) o recebimento de ligações é realizado por meio de um número virtual (DID), que pode estar fisicamente localizado em outra cidade, estado ou até mesmo país;
- g) necessário adquirir o serviço DID para receber ligações;
- h) depende da internet, necessitando de boa conexão para o seu correto funcionamento;
- i) pode haver “pontos de falha” que prejudicam a qualidade da chamada;
- j) tecnologia mais recente e com grande crescimento;
- k) pode ser contratada tanto em operadoras convencionais de telefonia quanto em operadoras VoIP;
- l) maior viabilidade técnica em diferentes localidades.

5.2.3. comunicação unificada:

- a) O termo “comunicações unificadas” é genérico e usado para descrever os esforços do mercado para integrar todos os “apps” (e, portanto, os canais de comunicação) para permitir ao usuário ter todas essas informações de modo facilmente acessível, independentemente de quando ou onde elas são acessadas (em casa, no trabalho, no carro, no trem...) ou em que dispositivo (laptop, tablet, smartphone...);
- b) conecta telefones fixos, telefones móveis, e-mails, VoIP, vídeo conferência, compartilhamento de tela, correio de voz, sms, entre outros;
- c) é uma inovação que proporciona mobilidade, otimiza recursos, tarefas e melhora a comunicação;
- d) permite que usuários utilizando diferentes formas e ferramentas de comunicação digital interajam e colaborem entre si, tais como:
 - E-mail.
 - Telefonia (linha fixa, móvel, sistema de telefonia baseado em VoIP).
 - Áudio/Videoconferência.
 - Mensagem Instantânea.
 - Status (mostra os contatos disponíveis, ocupados ou ausentes).

- Redes Sociais (Twitter, Facebook, Whatsapp, Instagram, e outros...).

e) as chamadas recebidas, por exemplo, podem ser direcionadas para onde o destinatário estiver, seja no escritório, em viagens, por meio de um telefone celular, ou trabalhando com um telefone da web em casa;

f) proporciona a utilização de VoIP (Voz sobre IP), PABX Virtual e URA (Unidade de Resposta Audível), por exemplo, conectada a uma infraestrutura que utiliza a Internet a partir da criação de um banco de dados unificado na nuvem e da integração entre as diversas vertentes de comunicação;

g) as comunicações unificadas preenchem a lacuna entre o VoIP e outras tecnologias de comunicação no computador. Elas também oferecem melhor controle sobre recursos importantes, como presença e alcance de número único.

5.3. Análise de soluções adotadas por outros órgãos públicos:

5.3.1. Da análise de editais divulgados no PNCP.gov.br constata-se a tendência de migração para soluções na nuvem, com a utilização de PABX virtual, combinando tecnologias e inovações que agregam formas flexíveis de comunicação e que racionalizam custos, assim como a otimização de recursos humanos e o atendimento mais eficiente das necessidades dos órgãos, a exemplo de utilização de URA, número único, integração com o WhatsApp e Microsoft Teams, além do uso do ramal corporativo diretamente no celular;

5.4. Análise do caso concreto da ANM:

5.4.1. A ANM possui infraestrutura própria de telefonia que utiliza o PABX IP/TDM da Alcatel-Lucent Enterprise, modelo OmniPCX Enterprise, instalado em Brasília-DF, que provê o Serviço Corporativo Interno de Telefonia VoIP, que conecta todas as suas 31 (trinta e uma) representações no país através de link MPLS, e que possibilita ligações sem custos entre os seus 946 (novecentos e quarenta e seis) ramais VoIP;

5.4.2. A aquisição e implantação do referido sistema é recente, concluída no ano de 2021, conforme Processo SEI 48051.000093 /2020-55;

5.4.3. A ANM também conta com contrato de manutenção preventiva, corretiva e programação de central telefônica, seus periféricos e softwares, incluso peças de reposição, cuja vigência encerra em janeiro de 2025, e que pode ser prorrogado até 2026, quando completará 60 meses;

5.4.4. De acordo com informações da empresa contratada, o PABX da ANM suporta apenas o sistema de telefonia fixa digital convencional (Tronco E1), não estando apta para conexões SIP Trunk, comunicações unificadas (UC) e utilização de URA;

5.4.5. Para adequação da solução de telefonia da ANM para suportar as tecnologias mais recentes foi estimado o custo total de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais);

5.4.6. A ANM dispõe de central PABX apenas em Brasília-DF, nas representações nos estados existem bastidores remotos e/ou média gateways interligados ao equipamento central;

5.4.7. Em complemento ao Serviço Corporativo Interno de Telefonia VoIP, a ANM disponibiliza aos seus usuários a ferramenta de colaboração em equipe Microsoft Teams, que possibilita entre si a realização de chamadas de voz, videoconferências, conversas por chat, compartilhamento de arquivos, entre outras formas combinadas de comunicação;

5.5. Soluções de mercado consideradas inviáveis para a ANM:

5.5.1. Soluções de comunicação por voz baseadas no sistema SIP Trunk e Comunicação Unificada (UC), visto que requer a atualização, ampliação e/ou aquisição de licenças para o PABX Alcatel-Lucent Enterprise, modelo OmniPCX Enterprise, de propriedade da ANM, ao custo estimado total de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais);

5.5.2. Soluções integradas baseadas no modelo de telefonia SIP ou UC, que incluem o fornecimento em comodato de equipamentos como PABX Virtual, terminais VoIP, softwares de mensageria, teleconferência e outros serviços agregados, não devem fazer parte do escopo da contratação visto que a ANM já dispõe dessa infraestrutura;

5.5.3. A Central Telefônica de propriedade da ANM também não possui licenças para uso da tecnologia SIP Trunk, o que descarta a possibilidade de contratação dessa tecnologia para uso na infraestrutura atual;

5.5.4. A contratação de números fixos com DDD próprio de localidade, onde a ANM possui representação, exige a ampliação/atualização da central PABX para uso do recurso URA (Unidade de Resposta Audível), que implica em custo de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e, portanto, não deverá ser considerada no escopo desta contratação;

5.5.6. Considera-se inviável economicamente prever vários pontos de entrada e saída de ligações em cada endereço distinto da ANM, utilizando DDD próprio da região, visto que esta modelagem descentralizada exige a instalação de links e/ou troncos físicos por localidade, sendo necessário o pagamento mensal de assinatura apenas para disponibilização dos serviços, independente do tráfego utilizado. No caso da ANM, seriam necessários cerca de 31 Entroncamentos E1 ao custo médio estimado de R\$ 1.000,00, incompatível com a demanda necessária para a realidade da maioria das nossas Unidades Regionais;

5.5.7. Em relação a forma de tarifação, descarta-se o pagamento dos serviços apenas com base na quantidade de minutos consumidos em cada modalidade de ligação, justificado pela baixa demanda verificada no perfil de tráfego da maioria das representações da ANM, modelagem que afasta interessados de participarem do certame.

5.6. Escolha da solução a contratar:

5.6.1. Considerando os requisitos e as limitações da infraestrutura existente, resta a ANM contratar serviços de telefonia fixa através de entroncamentos E1, que tem sinalização compatível com a central PABX em uso, nas especificações e quantidades previstas no contrato ainda vigente, processo SEI 48400.700661/2018-90.

5.6.2. Considerando a única solução viável a contratar, foram analisados processos semelhantes com essa tecnologia realizados por outros órgãos e entidades públicas, publicados no PNCP.gov.br, mediante consultas a Estudos Técnicos e Termos de Referências anexados aos Editais das licitações, com a finalidade de comparar os requisitos e especificações do objeto, conforme quadro resumo que segue:

Identificação do Órgão	Objeto	UASG	Nº Licitação	Solução/ Tecnologia	Forma de tarifação/ Unidade de medida de pagamento	Vencedora do Certame
Coordenação Geral de Finanças - ICMBio - Ministério do Meio Ambiente	Contratação de empresa especializada na prestação continuada de Serviço Telefônico Fixo Comutado –STFC, nas modalidades local, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI) para qualquer país/região, para atender às necessidades de telecomunicações da sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio em Brasília - DF.	443033	90008/2024	E1	Assinatura Mensal fixa + consumo de minutos de ligações	Algar Telecom S.A. CNPJ: 71.208.516 /0001-74
Base Naval do Rio de Janeiro - Marinha	Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutado (STFC) na modalidade local, VC-1, VC-2, VC-3, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI), com portabilidade de 1100 DDRs e aquisição de Digitroncos (Link E1 com 30 troncos digitais cada) interligados na Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), localizada na cidade de Niterói - RJ.	791800	90020/2024	E1	Assinatura Mensal fixa + consumo de minutos de ligações	Algar Telecom S.A. CNPJ: 71.208.516 /0001-74

Superintendência Regional Norte /Centro-Oeste - INSS	Contratação de serviços de telefonia fixa comutado local (STFC-Local) e de longa distância nacional (STFC-LDN) para as chamadas originadas a partir de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados em unidades do INSS vinculadas à Superintendência Regional Norte Centro Oeste.	510678	90003/2024	E1	Consumo de minutos de ligações Local e LDN	CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA. CNPJ nº : 13.645.308 /0001-36
Centro de Telemática do Exército - CTA Comando do Exército	<p>Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), com aquisição e instalação de 02 (dois) troncos E1/R2 com 30 canais cada e faixa de numeração DDR com 2000 (dois mil) ramais, entregues através de um 01 link dedicado de SIP Trunk (<i>Session Initiation Protocol</i>), com redundância que permita um tráfego de até 60 ligações simultâneas, podendo ser conectadas e entregue através de um SBC (<i>Session Border Controler</i>) ou por Gateway E1 (SIP para E1/R2). Não serão admitidas propostas em que a sinalização seja entregue através de SIP REGISTER.</p> <p>Prestação do serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com aquisição e instalação de 01 link dedicado de SIP Trunk (<i>Session Initiation Protocol</i>) que permita um tráfego de até 60 ligações simultâneas, conectadas e entregue através de um SBC (<i>Session Border Controler</i>) ou através de um conversor SIP para E1/R2 (gateway E1) e faixa de numeração DDR com 2000 (dois mil) ramais</p>	160486	90001/2024	E1 ou SIP	Assinatura Mensal fixa + consumo de minutos de ligações	Vivo - Telefônica Brasil S.A. CNPJ nº: 02.558.157/0001-62
Superintendência de Administração do MF/GO - Ministério da Fazenda	Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), com instalação /portabilidade e assinaturas de entroncamentos digitais (feixes E1), de ramais DDR, a serem executados de forma contínua para atender as necessidades da PFN/GO e SPU/GO.	170195	90002/2024	E1	Assinatura Mensal fixa + consumo de minutos de ligações	Algar Telecom S.A. CNPJ: 71.208.516 /0001-74
Ministério do Desenvolvimento e Assistência						

Social, Família e Combate à Fome. Subsecretaria de Assuntos Administrativos - Ministério da Cidadania	Contratação de empresa para prestação dos serviços de telefonia fixa comutada (STFC) nas modalidades local, interurbana e internacional a serem executadas de forma contínua.	550005	90006/2024	E1 ou SIP	Assinatura Mensal fixa + consumo de minutos de ligações	Algar Telecom S.A. CNPJ: 71.208.516 /0001-74
---	---	--------	------------	-----------	---	---

5.6.3. Apesar da tendência de virtualização dos serviços de telefonia fixa, ainda há no mercado empresas que prestam os serviços na forma demandada pela ANM, conforme demonstrado no quadro acima, que apresenta licitações realizadas nos últimos 12 meses.

5.7. Considerações sobre o resultado da última licitação realizada pela ANM:

5.7.1. Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2023, foi publicado pela primeira vez no DOU nº 178, de 18/09/23, com sessão pública agendada para o dia 04/10/23, às 09h00;

5.7.2. Em 04/10/23, por meio de publicação no DOU nº 190, foi suspensa a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 13/2023 para realização de ajustes no ETP e TR;

5.7.3. Em 20/10/23, foi republicado no DOU nº 200 o Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2023, com sessão pública agendada para o dia 22/11/23, às 10h00;

5.7.4. Em 16/11/23 foi registrado pela Telefônica Brasil S.A. (doc. SEI 10215625) pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2023 sob alegação de necessidade de divisão da licitação em lotes e questionamentos quanto à descrição dos serviços constantes no TR;

5.7.5. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), após análise do pedido de impugnação, manifestou-se por negar provimento, conforme justificativas apresentadas no doc. SEI 10215626;

5.7.6. Na data agendada para realização da sessão pública pública do Pregão Eletrônico nº 13/2023 o Pregoeiro verificou que não houve registro de propostas de preços para o certame sendo, portanto, a licitação considerada deserta, conforme doc. SEI 10243887;

5.7.7. Ato contínuo, a EPC publicou Aviso de Consulta Pública ao mercado para coleta de contribuições (doc. SEI 10278116), com a finalidade de subsidiar possíveis ajustes na modelagem e especificações do Termo de Referência da licitação;

5.7.8. A EPC também se reuniu com a empresa contratada pela ANM para prestar serviços de manutenção preventiva, corretiva e programação de central telefônica, para prestar informações sobre a compatibilidade do PABX da ANM com a tecnologia SIP Trunk e a possibilidade de configurar URAs para atendimento automático em cada localidade onde a Agência tem representação;

5.7.9. Em resposta a EPC, a empresa responsável pelo suporte do PABX da ANM informou a necessidade de ampliação/atualização da Central para operar com conexões SIP Trunk e para configuração de URAs, tendo apresentado orçamento no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para adicionar essas duas funcionalidades a infraestrutura de telefonia existente na ANM;

5.7.10. A EPC se reuniu, ainda, com o Coordenador de Infraestrutura e Suporte em Tecnologia da Informação da ANM (COISTI), área responsável pela implantação, gestão e operação do sistema de telefonia em uso, para apresentação das soluções identificadas no mercado e as condicionantes do PABX em uso na Agência, apresentadas pela empresa responsável por sua sustentação e configuração;

5.7.11. O Coordenador da COISTI manifestou-se favoravelmente a manutenção do uso da tecnologia de troncos E1, nas especificações e quantidades de troncos previstos no contrato ainda vigente, processo SEI 48400.700661/2018-90, de forma a manter o investimento recente realizado pela ANM, ficando certo a necessidade de se renovar o contrato de manutenção preventiva, corretiva e programação para sustentação do funcionamento da central telefônica e infraestrutura de comunicação da ANM;

5.7.12. Por fim, registra-se que a modelagem utilizada pela EPC no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR) que regeu o certame cujo resultado foi deserto, priorizou a otimização e a economicidade da contratação, tendo como

unidade de medida de pagamento a quantidade de minutos de ligações efetivamente consumidas em cada modalidade (Local, Longa Distância Nacional e Internacional), considerando que entroncamentos, links, faixas de numeração, adequações na rede da operadora, instalação, ativação, entre outros procedimentos, constituem insumos inerentes à prestação dos serviços.

5.7.13. Outro aspecto considerado nos artefatos da referida licitação diz respeito a tecnologia, quantidade e locais de instalação de links e/ou entroncamentos. Conforme ETP aprovado, tais decisões ficaria a cargo da futura contratada tendo como base a infraestrutura existente e o perfil de tráfego informados para cada localidade;

5.7.14. A contratada poderia optar pela utilização de entroncamentos E1 e/ou link SIP trunk, mediante as conversões de sinalização necessárias, bem como utilizar a infraestrutura já existente na ANM, que conecta suas 31 (trinta e uma) representações no país, para chegar aos endereços onde não possuísse cobertura ou com baixa demanda de tráfego;

5.7.15. Como dito, as localidades de menor tráfego poderiam ser alcançadas utilizando-se a rede MPLS do Serviço Corporativo VoIP Interno da ANM, sem a necessidade de links da operadora. Para tanto, a ANM disponibilizou informações detalhadas do perfil de tráfego de cada localidade, a quantidade de ramais existentes e outras informações julgadas relevantes para o dimensionamento da proposta da licitante.

5.8. Considerações sobre a consulta pública e contribuições recebidas:

5.8.1. Em atenção a sugestão do Coordenador da CONLIC, em seu despacho (doc. SEI 10244982), a EPC emitiu Aviso de Consulta Pública conforme doc. SEI 10532009;

5.8.2. Através dos questionamentos apresentados a EPC buscou entender o desinteresse do mercado em participar do certame e coletar contribuições para possíveis ajustes na modelagem e especificações do Termo de Referência;

5.8.3. As contribuições recebidas do mercado e a análise da EPC constam no Relatório da Consulta Pública (doc. SEI 10532073).

5.8.4. As contribuições consideradas mais relevantes para o insucesso do certame anterior são:

5.8.4.1. PREVER itens referente a assinatura mensal dos serviços;

5.8.4.2. PREVER itens referente a estimativa de minutos mensal para ligações internacionais de acordo com a região geográfica;

5.8.4.3. DEFINIR a quantidade de troncos / links;

5.8.4.4. DEFINIR a quantidade de canais e de números para portabilidade.

5.8.5. Conforme sinalizado pelo mercado, o fato de na primeira licitação não estar previsto o pagamento de valor fixo referente a assinatura mensal, e considerando a tendência de que ao longo do tempo o tráfego de minutos de voz reduza com o uso de plataformas de comunicação digital, foi o principal motivo do desinteresse na licitação;

5.8.6. O segundo ponto diz respeito a não definição da quantidade de troncos/links por endereço de instalação;

5.8.7. Na análise dos aspectos tratados acima e após consulta ao mercado, esclarecimentos obtidos junto a empresa contratada pela ANM para suporte e sustentação da infraestrutura existente e manifestação do Coordenador da COISTI a EPC se posiciona pelo uso da tecnologia E1, por meio de entroncamentos de 30 canais, conectados a central telefônica existente na SEDE em Brasília, na forma que já funciona atualmente, sendo as representações nos estados conectados através do serviço interno corporativo de VoIP;

5.8.8. Cada representação da ANM será contemplada com uma faixa de numeração com DDD 61, na forma como já se encontra a maioria dos endereços;

5.8.9. A forma de tarifação deve se dar por meio de assinatura mensal dos serviços, acrescido do consumo de minutos em cada modalidade de ligação (Local, LDN e LDI), considerando o dispositivo gerador e receptor (FF e FM). As ligações LDI serão tarifadas de acordo com grupos de países de determinada região.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) para gerar e receber Ligações Locais (LL), de Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI), de telefones Fixo-Fixo (FF) e Fixos-Móveis (FM), através de entroncamento digital E1 de 30 (trinta) canais, a partir de 400 (quatrocentos) terminais com Discagem Direta de Ramal (DDR), para atender a Agência Nacional de Mineração (ANM) localizada em Brasília-DF, conforme quantidades e especificações abaixo:

Grupo	Item	Descrição do Serviço	Código SIASG	Quant. Mensal	Quant. Bianual	Unidade de medida de pagamento
01	01	Assinatura de 03 (três) entroncamentos digitais E1, interligado a central telefônica do contratante em Brasília-DF, com 30 (trinta) canais cada.	27731	1	24	Mensal
	02	Assinatura de 400 (quatrocentos) ramais DDR	26093	1	24	Mensal
	03	Serviço de instalação/ mudança de endereço	26085	1	2	Por evento
	04	Ligação Local (LL) fixo-fixo (FF)	26115	3.459	83.000	Minuto
	05	Ligação Local (LL) fixo-móvel (FM) – VC1	26123	7.084	170.000	Minuto
	06	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-fixo (FF)	26131	834	20.000	Minuto
	07	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-móvel (FM) – VC2 e VC3	26140	1.250	30.000	Minuto
	08	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Estados Unidos	26158	6,25	150	Minuto
	09	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Europa	26158	4,2	100	Minuto
	10	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) América do Sul, Norte e Central	26158	6,25	150	Minuto
	11	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Ásia, África, Oceania, Antártica	26158	4,2	100	Minuto

6.2. A vigência inicial da contratação deverá de 24 (vinte e quatro) meses visando atrair um maior número de interessados por apresentar melhores condições comerciais, pois permite a amortização de investimentos e a garantia contratual de receita em um lapso temporal maior, além do benefício advindo para a Administração com a racionalização do processo de gestão contratual e redução dos custos decorrentes.

6.3. Na elaboração da proposta de preços a empresa interessada deverá considerar as informações apresentadas no quadro abaixo, além dos requisitos da contratação relacionados no item 4:

--	--	--	--	--	--	--	--	--

SIGLA	CIDADE /UF	Troncos Digitais - Feixe E1 (atualmente em uso)	DDD/ Número Chave/ Início Fim da Faixa DDR	Quantidade de Ramais DDR	Marca / Modelo / Central Telefônica / Bastidor / Gateway em uso	Prestador de serviço telefonia fixa com a rede pública (PSTN)	ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO (*)	CEP
ANM - SEDE	Brasília/DF	3 feixes E1 com 30 canais cada	(61) 3312-6600 (61) 3312-6999	400	Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise - OXE, versão R 12.4 Alcatel-Lucent IP Media Gateway cabinets (MR3)	Oi S.A. encerra 31/07/24	SAN - Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco B, Brasília, DF	70041-903

* Em processo de mudança para as instalações do SERPRO, localizada no endereço: SGAN 601, Módulo "G" Via L2 Norte – CEP 70830-900 – Brasília-DF.

6.4. O endereço apresentado poderá ser alterado durante a execução contratual, mantendo-se a localidade em Brasília-DF.

6.5. Mudança de endereço ficará condicionada a prévia realização de vistoria técnica por parte da empresa contratada para constatar a viabilidade da prestação dos serviços na nova localidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Tendo como objeto de estudo a contratação da prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, foram analisados os seguintes parâmetros para a estimativa da demanda da ANM:

a) **Implantação do Serviço Corporativo VoIP da ANM e de ferramentas de colaboração e comunicação em equipe.** A partir do ano de 2021 as ligações externas de entrada e saída entre as representações da ANM no país passaram a ser feitas sem custo, utilizando o Serviço Corporativo VoIP, tendo sido verificado que o tráfego telefônico foi reduzido substancialmente, principalmente na modalidade Longa Distância Nacional (LDN). No mesmo ano houve a implantação da plataforma Microsoft Office 365 e a disponibilização de ferramentas online para colaboração e comunicação em equipe: Microsoft Teams; OneDrive; SharePoint; entre outras, inovações essas que impactaram de maneira não homogênea para cada tipo de ligação;

b) **Programa de Gestão Orientada para Resultados (PGOR).** Com a aprovação da Resolução ANM nº 61, de 01/03/2021, foi instituído no âmbito da Agência o teletrabalho, que segundo dados atualizados da Superintendência de desenvolvimento e Gestão Estratégica de Pessoas (SGP) conta com cerca de 300 servidores atuando nesta modalidade, situação que também reflete na redução de consumo do STFC;

c) Realização de **concurso público** e aumento da quantidade de **serviços prestados por empresas terceirizadas**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Nos últimos anos 2 processos seletivos para contratação de servidores públicos foram realizados. Sendo um para provimento temporário e outro efetivo. Houve também aumento do número de empresas contratadas para prestação de serviços de apoio administrativo, em especial secretárias, técnicos em secretariado, assistentes administrativos, auxiliares administrativos, recepcionistas, entre outros, que atuam obrigatoriamente de forma presencial nas unidades da ANM, com reflexos no aumento da demanda de consumo dos serviços de telefonia;

d) **Consulta as operadoras de telefonia.** Dificuldade em obter dados consolidados do perfil de tráfego de cada representação da ANM, agrupados por tipo de ligação gerada, minutos e modalidades (Local-FF, Local-FM-VC1, LDN-FF, LDN-FM-VC2-VC3, LDI-Qualquer Região), seja por falta de resposta as consultas formuladas pela Equipe de Planejamento ou em face de várias regionais já estarem sem o serviço ativo desde o pós pandemia ou em decorrência da nacionalização das ações administrativas da ANM;

e) **Análise das faturas mensais dos serviços de STFC.** Dado a complexidade e esforço necessário, a tentativa de se levantar o perfil de tráfego da ANM a partir das faturas mensais existentes nos processos de pagamentos restou infrutífera dado a falta de

clareza e padronização da discriminação dos serviços nestes demonstrativos, além das várias modelagens utilizadas nas contratações em cada localidade a época como: assinaturas de linhas analógicas com franquia de minutos, assinatura de entroncamentos E1 com 8, 15 ou 30 canais, ou assinatura de serviços SIP inclusos equipamentos e serviços diversos;

f) **Levantamento das despesas pagas com telefonia fixa.** A ANM não possui implantado sistema de bilhetagem centralizado para coletar e armazenar dados das ligações geradas pelas Unidades nos estados, que apresente modalidade, duração, tarifa, etc. Dessa forma, optou-se por apurar os valores dos pagamentos efetivados por cada Unidade Gestora da ANM nos exercícios financeiros de 2019 a 2022, na rubrica telefonia fixa, através do sistema SIAFI;

g) Sobre vários aspectos analisados os dados referentes aos anos de 2019 a 2021 não são precisos nem confiáveis para fins de estimativa atualizada de consumo de minutos de telefonia fixa da ANM, já que são oriundos de anos impactados pela pandemia do COVID-19 e pelas situações indicadas nas letras a) a c) acima, não refletindo o perfil de tráfego atualizado da Agência;

h) O histórico de consumo da ANM/Sede e os pagamentos efetivados no ano de 2022, ou nos 12 últimos meses (*para as Unidades que tiveram seus contratos encerrados*), se prestam melhor para levantar a estimativa de minutos das Unidades da ANM na país;

i) Assim, a partir da análise dos parâmetros acima indicados, da apuração do histórico de minutos consumidos na ANM/SEDE no ano de 2022, e dos valores das 12 últimas faturas mensais pagas pelas Regionais da ANM, foi apurado de forma proporcional, o perfil de tráfego da ANM em 2022 e levantada a demanda estimada de minutos STFC na ANM, apresentadas no quadro abaixo e detalhadas na planilha constante no *Anexo deste Estudo*.

7.2. Perfil de tráfego:

PERFIL TRÁFEGO 2022										
SIGLA	CIDADE/ UF	Troncos Digitais - Feixe E1 <i>(Atualmente em uso)</i>	Quant. Ramais DDR	Total pago fatura 12 últimos meses Contrato OU Ano 2022 (R\$)	Quant. Estim. ANUAL MINUTOS (Local-FF)	Quant. Estim. ANUAL MINUTOS (Local-FM- VC1)	Quant. Estim. ANUAL MINUTOS (LDN-FF)	Quant. Estim. ANUAL MINUTOS (LDN-FM-VC2- VC3)	Quant. Estim. ANUAL MINUTOS (LDI-Qualquer Região)	Estimativa TOTAL minutos p/ ANO <i>(todas as modalidades ligações)</i>
ANM - SEDE	Brasília/ DF	3 feixes E1 com 30 canais cada	400	232.871,57	244.992	122.496	26.952	41.652	732	436.824

7.3. As quantidades de minutos informadas no perfil de tráfego são estimativas, apuradas com base nos parâmetros indicados nesta seção e nas memórias de cálculos apresentadas nos Anexos deste ETP, e que podem não vir a ser executadas em sua totalidade, devendo ser utilizada pela licitante como referência para elaboração de sua proposta e orientativo para a Administração na verificação da disponibilidade orçamentária e como parâmetro para julgamento das propostas dos licitantes.

7.4. A prestação dos serviços deverá atender à demanda gerada pela ANM durante a vigência do contrato, sem perda de chamadas, ainda que a quantidade de minutos seja inferior ao perfil informado.

7.5. Considerando que todas as ligações geradas pela ANM sairão por Brasília-DF, através do DDD 61, o perfil de tráfego estimado deve refletir essa característica nas quantidades de minutos por modalidade de ligação a serem contratadas, conforme quantidades apresentadas no quadro abaixo.

7.6. Quantidades a serem contratadas:

SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC						
Grupo	Item	Descrição do Serviço	Código SIASG	Quant. Mensal	Quant. Bianual	Unidade de medida de pagamento

01	01	Assinatura de 03 (três) entroncamentos digitais E1, interligado a central telefônica do contratante em Brasília-DF, com 30 (trinta) canais cada.	27731	1	24	Mensal
	02	Assinatura de 400 (quatrocentos) ramais DDR	26093	1	24	Mensal
	03	Serviço de instalação/ mudança de endereço	26085	1	2	Por evento
	04	Ligação Local (LL) fixo-fixo (FF)	26115	3.459	83.000	Minuto
	05	Ligação Local (LL) fixo-móvel (FM) – VC1	26123	7.084	170.000	Minuto
	06	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-fixo (FF)	26131	834	20.000	Minuto
	07	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-móvel (FM) – VC2 e VC3	26140	1.250	30.000	Minuto
	08	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Estados Unidos	26158	6,25	150	Minuto
	09	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Europa	26158	4,2	100	Minuto
	10	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) América do Sul, Norte e Central	26158	6,25	150	Minuto
	11	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Ásia, África, Oceania, Antártica	26158	4,2	100	Minuto

7.7. A unidade de medida para fins de contratação e pagamento será o preço unitário do minuto, de acordo com a modalidade da ligação, uma vez que permite o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e justifica-se pela impossibilidade de definir-se, de antemão, o quantitativo exato de utilização dos serviços.

7.8. Elementos de custo como entroncamentos, links, faixas de numeração, adequações na rede da operadora contratada, instalação, ativação, entre outros, quando existentes, deverão estar contemplados no valor da assinatura mensal dos serviços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 262.038,10

8.1. Os preços estimados de referencia foram obtidos conforme disciplina a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, utilizando os parâmetros previstos no Art. 5º, observado o contido no respectivo § 1º, priorizando as pesquisas no Paine de Preços disponível no Portal de Compras do Governo Federal, bem como em contratações semelhantes efetivadas por outros entes da administração pública.

8.2. A série de preços coletados resulta de levantamento realizado no período de 17/06 a 03/07/2024, utilizando as seguintes fontes de consulta, conforme documentados nos autos do presente processo (Doc. SEI 13428199):

I - Paine de Preço de Preços e contratações similares feitas pela Administração, em conformidade com o Art. 5º, incisos I e II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021;

II - Empresas do mercado, em conformidade com o Art. 5º, IV, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

8.3. Os procedimentos utilizados na pesquisa de preços - que trata da contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local (LL), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) para atender a Agência Nacional de Mineração - ANM, em Brasília-DF, estão apresentados detalhadamente no Orçamento Estimativo (Doc. SEI nº 13428347);

8.4. No custo estimado total da contratação estão previstos todas as despesas com instalação, ativação, assinaturas, links, entre outras, inerentes à prestação dos serviços;

8.5. A composição do preço dos serviços considera todos os encargos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, não sendo cabível a cobrança em separado de taxas extras de quaisquer tipo;

8.6. O valor anual estimado informado não deverá constituir qualquer compromisso futuro do CONTRATANTE junto à CONTRATADA, tampouco pode ser limitador dos serviços a serem prestados a ANM. Ele servirá tão-somente de subsídio às licitantes na elaboração das propostas e será utilizado pelo Pregoeiro para aferição da proposta mais vantajosa através de julgamento objetivo. Portanto, a prestação dos serviços deverá atender à demanda gerada pela ANM, durante a vigência do contrato, ainda que a quantidade de ligações seja inferior ao perfil de tráfego informado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação deve ser composta por um único lote que, para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, o objeto não deve ser dividido ou parcelado, visto que tal procedimento não restringe a participação de licitantes.

9.2. Uma mesma empresa tende a ofertar melhores tarifas no certame, possibilitando, inclusive, ganho na chamada operação intra-rede, ou seja, ligações fixo-móvel a custo bem inferior do que os praticados em contratos distintos.

9.3. A divisão dos serviços não implicará em ampliação da competitividade nem em maiores ganhos econômicos, visto que, na prática, as mesmas empresas competirão em todos os possíveis itens da licitação, conforme regra presente na Súmula 247 do TCU.

9.4. O agrupamento em lote único também evita a perda de economia de escala, a medida que os serviços pretendidos são prestadas por empresas que atuam no mesmo ramo de negócio e fiscalizadas pelos mesmos entes públicos.

9.5. A contratação conjunta de todos os serviços em um lote único se justifica pela dificuldade operacional em definir quando usar o Código de Seleção de Prestadora (CSP) de diferentes operadoras, um para chamadas intra-rede e outro para chamadas de longa distância fora da rede do provedor do STFC, o que resultaria em maiores custos para a Administração Pública.

9.6. Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa do setor público, que passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública (Acórdão TCU nº 0861/2013-Plenário).

9.7. Dividir o objeto por unidades da federação ou regiões geográficas resultará em itens de pouca relevância econômica, que poderá resultar em baixo interesse do mercado na prestação dos serviços, com possíveis impactos nos preços dado a diminuição da competitividade.

9.8. O agrupamento da demanda visa ampliar o interesse dos licitantes por unidades de pouca relevância econômica e pequena quantidade de tráfego, porém com as mesmas características, de modo a compensar os custos operacionais, promovendo a competitividade por itens de menor interesse, representando, dessa forma, a melhor alternativa do ponto de vista econômico.

9.9. Ressalte-se, ainda, a vantagem da padronização e uniformização de especificações e a possibilidade de obtenção de preços mais competitivos com a economia de escala, se comparado a contratações em separado, além de melhor gestão contratual e no atendimento dos níveis de serviço, bem como a redução do custo administrativo.

9.10. É dever da Administração observar o princípio da padronização e buscar a uniformização dos serviços, e, consequentemente, como resultado, obter a redução de gastos e tornar mais próspera a relação custo x benefício.

9.11. A modelagem em lote único se justifica pela necessidade de prestação do serviço em várias modalidades de ligações, tornando mais atrativa ao mercado.

9.12. Não será admitida a formação de consórcio, uma vez que no mercado brasileiro há diversas empresas que, de forma isolada conseguem atender à contratação.

9.13- O prazo de vigência inicial do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato de prestação de serviço, prorrogável, no interesse da Administração Pública Federal, por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, permitirá a amortização de investimentos em um lapso temporal bem maior, a permissão de uso de critérios de compartilhamento de infraestrutura de acordo com as diretrizes da ANATEL e a garantia contratual de receita a empresa pelo período de até 1 (um) decênio.

9.14. Portanto, sob o ponto de vista técnico, econômico e de eficiência administrativa os serviços não devem ser parcelados por mais itens ou lotes, visto que, agrupando-os é esperado uma redução dos preços ofertados, além de permitir otimizar e facilitar a gestão do contrato a ser celebrado, evitando-se a transferência de responsabilidades entre as contratadas nos casos de problemas, em vista de se tratarem de serviços correlatos, similares, dependentes e complementares (Acórdão TCU nº 5260/2011-1ª Câmara).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Foi identificada a necessidade de manter vigente a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e programação de central telefônica, seus periféricos e softwares, incluso peças de reposição, cuja vigência encerra em janeiro de 2025, e que deve ser prorrogado até 2026, quando completará 60 meses

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação objetiva a manutenção de ações governamentais preexistentes.

11.2. Trata-se de contratação ordinária, rotineira e habitual da Administração, já prevista nas leis orçamentárias anual.

11.3. A pretendida contratação está contemplada no Sistema de Gerenciamento de Contratações (PGC) do Governo Federal para o presente exercício.

11.4. Justificativa técnica da alternativa escolhida:

I- Instalação e assinatura mensal de links.

a) A modelagem proposta para a presente contratação buscou atender as necessidades da ANM, além do potencial de economia. A centralização dos serviços padroniza a solução tecnológica a ser disponibilizada com vistas a estabelecer uma uniformização da qualidade e desonerar o Órgão de alocar recursos humanos na especificação de pacotes telefônicos para cada localidade. A composição de demandas de unidades de menor porte, que geram menor interesse comercial, com aquelas mais atrativas evita a ocorrência de itens desertos ou fracassos, muito comuns nos últimos certames.

e) As alternativas de atendimento e composição propostas buscar equilibrar o atendimento das várias representações da ANM, fazendo uma mescla de pontos localizados em grandes centros e unidades localizadas em regiões com maiores limitações, no sentido de modelar a contratação para cobrir localidades para as quais existam maior facilidade de acesso a infraestrutura e aquelas com menor oferta de infraestrutura.

II- Chamadas de Longa Distância Internacional (LDI) para todas as regiões em itens separados.

a) O uso intensivo dos serviços de comunicação de dados por meio de novas tecnologias e aplicativos e redes sociais (VoIP, WhatsApp, Telegram etc.) tem reduzido de forma expressiva esta modalidade de ligação, impactando de maneira não homogênea as ligações para cada região, tornando ociosas algumas delas, fazendo com que a forma de cobrança do LDI pelas operadoras seja alterado, o que evidencia que o serviço deve ser contratado de acordo com regiões geográficas.

11.5. Justificativa Legal da alternativa escolhida:

III- Objeto da contratação:

a) A Portaria MPDG nº 443/2018, que regulamenta o Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

*Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (Grifou-se)
[...]*

XXV - telecomunicações;

b) Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e indireta, através de empresa habilitada, em conformidade com as normas que regulam o setor.

c) A Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, de autoria do Ministério da Economia, que dispõe sobre as medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, não prevê nos seus dispositivos vedação a pretendida contratação, desconhecendo-se qualquer outro normativo que imponha limite ou vedação à mesma.

d) A contratação em âmbito nacional representa um avanço na governança das aquisições na ANM.

e) Considerando os resultados pretendidos, expressos neste Estudo, observa-se a essencialidade e o interesse público da contratação, conforme exigido no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 2015.

IV- Caracterização dos serviços como continuado:

a) O caráter contínuo do serviço é determinado por sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades da ANM, de modo que sua interrupção irá comprometer o cumprimento de sua missão institucional, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos servidores e cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos à prestação do serviço público e a sociedade.

b) Reforça o caráter continuado dos serviços pretendidos o fato que a Administração sabe, de antemão, que o mesmo serviço deverá ser prestado novamente no exercício financeiro seguinte, evidenciando que há uma demanda continuada.

c) Tais serviços são voltados para o atendimento a necessidades públicas permanentes, cujo contrato não se exaure com uma única prestação, pois eles são cotidianamente requisitados para o andamento normal das atividades da Agência.

V- Modalidade Pregão Eletrônico:

a) Trata-se de bens caracterizados como comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos dos incisos XIII e XLI, art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo o uso desta modalidade obrigatória.

11.6. Justificativa administrativa da alternativa escolhida

VI- Previsão inicial da vigência do contrato

a) Orienta-se que a vigência inicial do contrato decorrente deste procedimento seja celebrado com prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, e prorrogados por sucessivos períodos, limitado ao previsto na legislação de regência.

b) O Anexo IX, item 12, da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, combinado com a Orientação Normativa da AGU nº 38, assim dispõem sobre o tema:

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente. (Grifou-se)

c) Por sua vez, a Orientação Normativa AGU nº 01 orienta:

“A vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro”.

d) O TCU já se manifestou em diversas ocasiões acerca da não necessidade de se fixar o prazo inicial dos contratos de serviços continuados em 12 meses, a exemplo dos seguintes julgados:

- Acórdão nº 1.845/2018-P
- Acórdão nº 1.932/2016-P (item 13)
- Acórdão nº 1.386/2014-P (item 6 da análise da manifestação do Relator);
- Acórdão nº 1.214/2013-P (voto do Relator, itens 85 a 92);
- Acórdão nº 490/2012-P
- Decisão nº 25/2000-P (itens 9.2 a 9.4 do Relatório);
- Decisão nº 586/2002-2ª Câm. (item 8.1.4, “e”, do Acórdão);
- Acórdão nº 1.191/2005-P (itens 15 e 16 do Voto);
- Declaração de Voto no Acórdão nº 222/2006-P; e
- Acórdão nº 361/2006-P (item 69 do Relatório).

e) Assim, fundamenta-se e motiva-se a fixação do prazo de vigência original dos contratos em 24 (vinte e quatro) meses pelos benefícios para a Administração, conforme pontuado a seguir:

- propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 12 meses uma vez que elas teriam uma maior estabilidade na relação contratual;
- permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo-se, com isso, mais atraídas pela disputa;
- reduz os custos administrativos em face da redução de procedimentos de prorrogação do contrato, o que economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria como da Assessoria Jurídica, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos na área de contratos;
- ainda que o contrato seja assinado com prazo de 24 meses, a administração pode avaliar se ele deve ser mantido, a cada 12 meses, sob os pontos de vista econômico (se os valores estão compatíveis com os praticados no mercado) e da qualidade dos serviços prestados.

f) em qualquer situação, a prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

VII- Subcontratação de parcelas do objeto:

- a) Não será permitida a subcontratação da prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local (LL), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) em função da natureza das redes de atendimento e dos serviços prestados.
- b) A utilização de serviços de outras empresas visando atender demandas de eventuais acessos, interconexão, roaming nacional, roaming internacional e outros requisitos da contratação é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo entendido o uso desses serviços como subcontratação, para fins do presente procedimento, de acordo com as diretrizes de compartilhamento de infraestrutura regulamentadas pela ANATEL.
- c) Em qualquer hipótese de uso de serviços de terceiros (subcontratados) deve permanecer a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades das demais empresas, bem como pela padronização das atividades, pela compatibilidade, gerenciamento centralizado e coordenação de todas as etapas e serviços envolvidos decorrentes do contrato, além de responder perante o órgão Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da contratação.

VIII- Participação de empresas reunidas em consórcio:

- a) Não será admitida a formação de consórcio, conforme apresentado no tópico 9.12.

IX- Vistoria:

- a) Deverá ser facultada as empresas interessadas a realização de vistoria in loco as instalações da ANM objeto da prestação dos serviços.
- b) No entanto, considerando que a Equipe de Planejamento da Contratação apresenta neste documento, com alto nível de detalhamento, todas as informações do ambiente onde os serviços serão prestados, e de maneira a ampliar a competitividade do certame, poderá ser aceita apresentação de declaração do licitante que está ciente das condições para execução dos serviços e que assume total responsabilidade pela não vistoria aos locais de execução do objeto.

X- Declarações:

- a) Exigir-se-á da empresa interessadas a apresentação de declaração de disponibilidade de instalações, pessoal, infraestrutura, equipamentos e solução tecnológica considerados adequados e essenciais, em quantidades suficientes para a execução contratual, e que acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos através de profissional legalmente habilitado, na qualidade de responsável técnico, com capacidade operacional para coordenar os serviços, receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, de forma a realizar todos os procedimentos pertinentes ao atendimento das exigências e especificações técnicas.

11.7. A solução descrita neste Estudo possibilita uma contratação de forma que atenda às necessidades da ANM, já que conta com especificações claras e suficientes, sem restringir a competitividade, além de proporcionar segurança a contratação, tendo sido observado condições que ampliem a competitividade e o melhor aproveitamento do mercado, descartando-se exigências irrelevantes e desnecessárias que impeçam a participação de potenciais empresas ou que direcionem para algum prestador específico, sendo o objetivo obter a proposta mais vantajosa para a administração e, assim, atender o interesse público envolvido, consoante o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 2015, nas disposições do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58, de 2022, e nas diretrizes gerais do subitem 1.1 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Permitir a Agência atuar dinamicamente, mantendo o funcionamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado local e de longa distância, de forma a possibilitar a realização de chamadas para telefones fixos e móveis, essenciais para consecução das atividades finalísticas do Órgão, bem como receber ligações externas.

12.2. Quanto à eficácia, a solução manterá a conectividade da Autarquia com o sistema público de Telefonia Fixa Comutada (STFC);

12.3. Quanto à eficiência, a solução proporcionará comunicação por voz apropriada às necessidades dos usuários da Agência, para desenvolvimento de suas atribuições regimentais, bem como para o cidadão usuário dos serviços oferecidos pela ANM;

12.4. Quanto à efetividade, a solução apoia o desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas da Agência, bem como permite ao público externo obter as informações de que necessita;

12.5. Quanto à economicidade, a solução objetiva a qualidade dos serviços a custos de mercado, mais vantajosos para a administração.

12.6. Destacam-se, ainda, os seguintes resultados que serão alcançados com a contratação, a saber:

- I- Redução dos preços praticados em razão da economia de escala, uma vez que a contratação terá como base a demanda total do ANM em âmbito nacional.
- II- Padronização de cláusulas contratuais.
- III- Redução no número total de contratos.
- IV- Faturamento único e padronizado a nível nacional, facilitando a gestão.
- V- Uniformidade do nível de qualidade do serviço prestado e das sanções em caso de descumprimento.

VI- Melhor gestão do uso da tecnologia de comunicação pela padronização dos tipos de serviços a serem disponibilizados em toda a ANM.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A necessidade da ANM de rever a manutenção de infraestrutura própria de telefonia, nos moldes em uso, considerando que da análise das soluções de mercado e após a realização de diversas audiências públicas com representantes de empresas especializadas a tendência é de virtualização do serviço de telefonia, que dispensa possuir equipamentos físicos e contrato com empresa de manutenção.

13.1. No caso da vencedora do certame ser a mesma operadora que já presta os serviços atualmente, não será necessário alterações no ambiente, caso contrário, há necessidade de previa instalação, ativação e testes dos equipamentos da nova empresa contratada, quando então poderão ser desligados e removidos os que pertencem a antiga operadora.

13.2. Disponibilização de infraestrutura interna pronta e disponível para que a empresa contratada possa prestar os serviços.

13.3. A instalação, ativação e teste do link e respectivos equipamentos deverão ser previamente agendados com a Administração contratante.

13.4. A ANM deverá disponibilizar local adequado para os equipamentos da contratada com pontos de energia elétrica 2P+T devidamente estabilizados e aterrados.

13.5. Conforme o caso, autorizar acesso às dependências do órgão para vistorias, passagem de cabos, instalação e ativação de equipamentos.

13.6. A autoridade competente do órgão deverá designar um ou mais servidores com conhecimentos em gestão de contratos para gerir, fiscalizar tecnicamente e administrativamente a execução dos serviços pela contratada.

13.7. Capacitar servidores para atuar na gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato a ser celebrado, de acordo com o previsto na IN 5/2017.

13.8. Não foi detectado nenhum custo financeiro direto para adaptação do órgão decorrente da contratação dos serviços. No entanto, no caso de alteração de endereço, tal requisito deve ser verificado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes desta contratação, desde que sejam exigidas da empresa contratada as seguintes obrigações sustentáveis:

I- utilizar equipamentos elétricos certificados com selo PROCEL e que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme Resolução do CONAMA e do INMETRO, de forma a reduzir o risco à saúde física e mental dos funcionários, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

II- utilizar equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), configurados de tal maneira a consumir a menor quantidade de energia elétrica, sem comprometer o desempenho da solução.

III- disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

IV- destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

V- manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

VI- proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra.

- VII- observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
- VIII- seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho expedidas pelo MTE;
- IX- fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização, prezando pela saúde e segurança durante a execução dos serviços.
- X- fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta das Normas Regulamentadoras do MTE;
- XI- treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;
- XII- orientar seus funcionários sobre o cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- XIII- administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- XIV- utilizar planilhas eletrônicas para controles e análises gerenciais, evitando o uso de papel.
- XV- eliminar o uso de copos descartáveis quando da prestação dos serviços nas dependências do órgão.
- XVI- utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
- XVII- caso utilize veículos automotores para execução das atividades, reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.
- XVIII- adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como treinar /capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.
- XIX- adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;
- XX- firmar convênios com cooperativas de reciclagem para destinação de resíduos sólidos.
- XXI- não utilizar quaisquer substâncias que destruam a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos essenciais permitidos pelo mencionado Protocolo, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 2000, e legislação correlata;
- XXII- adotar boas práticas de otimização na utilização de recursos naturais, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:
- a) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - b) substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - c) reinar/capacitar seus empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e
 - d) reciclar e destinar adequadamente os resíduos gerados durante a realização dos serviços.
- XXIII- acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta;
- XXIV- caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;
- XXV- respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

XXVI- não utilizar as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento in natura a céu aberto;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e
- d) outras formas vedadas pelo poder público.

XXVII- também não são permitidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- a) deposição inadequada no solo;
- b) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- c) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- d) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- e) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- f) utilização para alimentação humana.

XXVIII- não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

XXIX- utilizar, preferencialmente, pilhas recarregáveis nos equipamentos, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

XXX- observar a Resolução CONAMA nº 401, de 2008, para aquisição de pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

XXXI- desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

XXXII- providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, e legislação correlata.” e

XXXIII- observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços.

14.2. Deve-se exigir da empresa contratada, juntamente a proposta de preços, a apresentação de declaração de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e de que respeita as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a legislação de regência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como decorrência dos estudos realizados para elaboração deste documento, identifica-se a viabilidade da presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MÁRCIO JOSÉ ANTUNES GOMES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 03/07/2024 às 15:14:42.

MARILIA FONSECA DIAS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 03/07/2024 às 15:08:27.

JOSE IAGO PEREIRA DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 03/07/2024 às 15:07:29.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo TR-Minuta Termo Compromisso Confidencialidade e Sigilo.docx (82.72 KB)
- Anexo II - 2.0-Levantamento STFC-Jul24.xlsx (63.5 KB)
- Anexo III - Orçamento Estimativo.pdf (195.37 KB)
- Anexo IV - Orçamento Estimativo.pdf (195.37 KB)

Anexo III - Orçamento Estimativo.pdf



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N 12º Andar, Edifício CNC III - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020
Telefone: (61) 3312-6611
www.anm.gov.br

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

1.1. Em atenção à Instrução Normativa n. 65, de 7 de julho de 2021, seguem abaixo os procedimentos utilizados na pesquisa de preços, que trata da contratação centralizada de prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para a realização e o recebimento de ligações nas modalidades Local (LL), Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), instalação de Entroncamento E1 compatível com os equipamentos existentes nesta Instituição em endereço localizado em Brasília - DF, assinatura de 400 (quatrocentos) ramais DDR, no formato MCDU, e serviço de instalação/mudança de endereço, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. Nesta pesquisa de preços foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e local de execução, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento e a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

3. IDENTIFICAÇÃO DO(S) AGENTE(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA PESQUISA

3.1. Marília Fonseca Dias, Integrante Requisitante.

3.2. José Iago Pereira dos Santos, Integrante Administrativo.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

4.1. A pesquisa de preços, para fins de determinação do valor estimado, foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

MARQUE	FONTE
X	Sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.
X	Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.
	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.
X	Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas (aguardando regulamentação).
	Tabela SINAPI/SETOP
	Catálogo de solução de TIC
	Elaboração de planilha de custos para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, com base em Convenção Coletiva, padronizando-se despesa administrativa em 5% e lucro 10%, com base em regulamentação interna da ANM, utilizando-se de modo subsidiário a pesquisa em preços públicos e/ou sítios especializados e/ou solicitação de propostas para fornecedores para insumos/equipamentos.
	Outra metodologia disposta em norma específica (descrever)

5. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

5.1. Em razão da elevada quantidade de valores que compõem a cesta de preços, os dados coletados estão disponíveis para consulta na "Memória de Cálculo Consolidada" (SEI n. 13428210).

6. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

6.1. Média dos preços coletados.

7. JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL

7.1. Foram considerados inexequíveis os preços irrisórios em relação à média.

8. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

8.1. A memória de cálculo do valor estimado e documentos que deram suporte estão constantes nos seguintes documentos:

- a) Dossiê - Pesquisa de Preços (SEI n. 13428199);
- b) Memória de Cálculo Consolidada (SEI n. 13428210).

9. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES CONSULTADOS (SE FOR O CASO)

9.1. As empresas abaixo listadas foram convidadas, via e-mail, para colaborar na pesquisa de preços da ANM:

Empresa	CNPJ
Ágil Telecom Eireli	21.275.709/0001-70
Algar Telecom S.A.	71.208.516/0001-74
Avoip Telecom Ltda - ME	33.519.068/0001-30
B & P Tecnologia	44.281.890/0001-22
Bright Telecom Ltda	38.292.523/0002-02
Claro Brasil	40.432.544/0001-47
Equatorial Telecomunicações S.A.	10.995.526/0001-02
Grupo OPT	26.037.017/0001-07
Instante Solutions Tecnologia e Informática Ltda	04.655.579/0001-81
Mídia Nert RN Ltda	43.158.149/0001-00
NPX Comércio e Serviços de Informática Ltda	30.626.018/0001-64
Oi S.A. (em recuperação judicial)	76.535.764/0332-38
Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda	37.168.895/0001-88

Sercomtel S.A. Telecomunicações	01.371.416/0001-89
Telefônica Brasil S.A.	02.558.157/0001-62
TSINFO - Tauffer Solutions Informática Ltda	21.248.024/0001-34
TW - Solutions Telecomunicações Ltda	23.323.113/0001-23
Unifique Telecomunicações S.A.	02.255.187/0001-08
Vett - Via Express Tecnologia e Telecomunicações Ltda	11.743.904/0001-23
Wireless Comm Services Ltda	09.520.219/0001-96

9.2. Destas empresas, apenas 02 (duas) apresentam propostas:

Empresa	CNPJ	Documento SEI
Algar Telecom S.A.	71.208.516/0001-74	13428199
Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda	37.168.895/0001-88	13428199

9.3.

10. DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO

10.1. 03/07/2024.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Cumpridas todas as exigências previstas em regulamentação federal, o valor estimado e máximo da contratação com vigência de 02 (dois anos) é de **R\$ 262.038,10** (duzentos e sessenta e dois mil trinta e oito reais e dez centavos), **conforme média de custos unitários apresentados a seguir:**

Item	Especificações	Quantidade (2 ano)	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Estimado da Contratação (2 ANOS)
1	Assinatura de 03 (três) link digital E1, interligado a central telefônica do contratante em Brasília-DF, com 30 (trinta) canais cada	24	Mensal	R\$ 3.853,61	R\$ 92.486,64
2	Assinatura de 400 (quatrocentos) ramais DDR, no formato MCDU	24	Mensal	R\$ 3.134,04	R\$ 75.216,96
3	Serviço de instalação/ mudança de endereço	2	Por evento	R\$ 975,50	R\$ 1.951,00
4	Ligação Local (LL) fixo-fixo (FF)	83000	Minuto	R\$ 0,11	R\$ 9.130,00
5	Ligação Local (LL) fixo-móvel (FM) – VC1	170000	Minuto	R\$ 0,29	R\$ 49.300,00
6	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-fixo (FF)	20000	Minuto	R\$ 0,35	R\$ 7.000,00
7	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-móvel (FM) – VC2 e VC3	30000	Minuto	R\$ 0,83	R\$ 24.900,00
8	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Estados Unidos	150	Minuto	R\$ 3,66	R\$ 549,00
9	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Europa	100	Minuto	R\$ 4,29	R\$ 429,00
10	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) América do Sul, Norte e Central	150	Minuto	R\$ 3,73	R\$ 559,50
11	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Ásia, África, Oceania, Antártica	100	Minuto	R\$ 5,16	R\$ 516,00
Valor Total (2 anos)					R\$ 262.038,10



Documento assinado eletronicamente por **Marília Fonseca Dias, Chefe do Serviço de Apoio Logístico - Goiás**, em 03/07/2024, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Iago Pereira dos Santos, Chefe da Divisão Nacional de Planejamento de Contratações**, em 03/07/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **13428347** e o código CRC **D933C60B**.

Anexo IV - Orçamento Estimativo.pdf



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N 12º Andar, Edifício CNC III - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020
Telefone: (61) 3312-6611
www.anm.gov.br

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

1.1. Em atenção à Instrução Normativa n. 65, de 7 de julho de 2021, seguem abaixo os procedimentos utilizados na pesquisa de preços, que trata da contratação centralizada de prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para a realização e o recebimento de ligações nas modalidades Local (LL), Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), instalação de Entroncamento E1 compatível com os equipamentos existentes nesta Instituição em endereço localizado em Brasília - DF, assinatura de 400 (quatrocentos) ramais DDR, no formato MCDU, e serviço de instalação/mudança de endereço, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. Nesta pesquisa de preços foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e local de execução, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento e a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

3. IDENTIFICAÇÃO DO(S) AGENTE(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA PESQUISA

3.1. Marília Fonseca Dias, Integrante Requisitante.

3.2. José Iago Pereira dos Santos, Integrante Administrativo.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

4.1. A pesquisa de preços, para fins de determinação do valor estimado, foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

MARQUE	FONTE
X	Sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.
X	Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.
	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.
X	Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas (aguardando regulamentação).
	Tabela SINAPI/SETOP
	Catálogo de solução de TIC
	Elaboração de planilha de custos para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, com base em Convenção Coletiva, padronizando-se despesa administrativa em 5% e lucro 10%, com base em regulamentação interna da ANM, utilizando-se de modo subsidiário a pesquisa em preços públicos e/ou sítios especializados e/ou solicitação de propostas para fornecedores para insumos/equipamentos.
	Outra metodologia disposta em norma específica (descrever)

5. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

5.1. Em razão da elevada quantidade de valores que compõem a cesta de preços, os dados coletados estão disponíveis para consulta na "Memória de Cálculo Consolidada" (SEI n. 13428210).

6. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

6.1. Média dos preços coletados.

7. JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL

7.1. Foram considerados inexequíveis os preços irrisórios em relação à média.

8. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

8.1. A memória de cálculo do valor estimado e documentos que deram suporte estão constantes nos seguintes documentos:

- a) Dossiê - Pesquisa de Preços (SEI n. 13428199);
- b) Memória de Cálculo Consolidada (SEI n. 13428210).

9. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES CONSULTADOS (SE FOR O CASO)

9.1. As empresas abaixo listadas foram convidadas, via e-mail, para colaborar na pesquisa de preços da ANM:

Empresa	CNPJ
Ágil Telecom Eireli	21.275.709/0001-70
Algar Telecom S.A.	71.208.516/0001-74
Avoip Telecom Ltda - ME	33.519.068/0001-30
B & P Tecnologia	44.281.890/0001-22
Bright Telecom Ltda	38.292.523/0002-02
Claro Brasil	40.432.544/0001-47
Equatorial Telecomunicações S.A.	10.995.526/0001-02
Grupo OPT	26.037.017/0001-07
Instante Solutions Tecnologia e Informática Ltda	04.655.579/0001-81
Mídia Nert RN Ltda	43.158.149/0001-00
NPX Comércio e Serviços de Informática Ltda	30.626.018/0001-64
Oi S.A. (em recuperação judicial)	76.535.764/0332-38
Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda	37.168.895/0001-88

Sercomtel S.A. Telecomunicações	01.371.416/0001-89
Telefônica Brasil S.A.	02.558.157/0001-62
TSINFO - Tauffer Solutions Informática Ltda	21.248.024/0001-34
TW - Solutions Telecomunicações Ltda	23.323.113/0001-23
Unifique Telecomunicações S.A.	02.255.187/0001-08
Vett - Via Express Tecnologia e Telecomunicações Ltda	11.743.904/0001-23
Wireless Comm Services Ltda	09.520.219/0001-96

9.2. Destas empresas, apenas 02 (duas) apresentam propostas:

Empresa	CNPJ	Documento SEI
Algar Telecom S.A.	71.208.516/0001-74	13428199
Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda	37.168.895/0001-88	13428199

9.3.

10. DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO

10.1. 03/07/2024.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Cumpridas todas as exigências previstas em regulamentação federal, o valor estimado e máximo da contratação com vigência de 02 (dois anos) é de **R\$ 262.038,10** (duzentos e sessenta e dois mil trinta e oito reais e dez centavos), **conforme média de custos unitários apresentados a seguir:**

Item	Especificações	Quantidade (2 ano)	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Estimado da Contratação (2 ANOS)
1	Assinatura de 03 (três) link digital E1, interligado a central telefônica do contratante em Brasília-DF, com 30 (trinta) canais cada	24	Mensal	R\$ 3.853,61	R\$ 92.486,64
2	Assinatura de 400 (quatrocentos) ramais DDR, no formato MCDU	24	Mensal	R\$ 3.134,04	R\$ 75.216,96
3	Serviço de instalação/ mudança de endereço	2	Por evento	R\$ 975,50	R\$ 1.951,00
4	Ligação Local (LL) fixo-fixo (FF)	83000	Minuto	R\$ 0,11	R\$ 9.130,00
5	Ligação Local (LL) fixo-móvel (FM) – VC1	170000	Minuto	R\$ 0,29	R\$ 49.300,00
6	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-fixo (FF)	20000	Minuto	R\$ 0,35	R\$ 7.000,00
7	Ligação Longa Distância Nacional (LDN) fixo-móvel (FM) – VC2 e VC3	30000	Minuto	R\$ 0,83	R\$ 24.900,00
8	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Estados Unidos	150	Minuto	R\$ 3,66	R\$ 549,00
9	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Europa	100	Minuto	R\$ 4,29	R\$ 429,00
10	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) América do Sul, Norte e Central	150	Minuto	R\$ 3,73	R\$ 559,50
11	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Ásia, África, Oceania, Antártica	100	Minuto	R\$ 5,16	R\$ 516,00
Valor Total (2 anos)					R\$ 262.038,10



Documento assinado eletronicamente por **Marília Fonseca Dias, Chefe do Serviço de Apoio Logístico - Goiás**, em 03/07/2024, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Iago Pereira dos Santos, Chefe da Divisão Nacional de Planejamento de Contratações**, em 03/07/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **13428347** e o código CRC **D933C60B**.
